

Pêcheux como herdeiro de Althusser e os limites da concepção althusseriana de ideologia para a Análise do Discurso

Valci Melo¹

Lavoisier Almeida dos Santos²

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante³

Resumo

O presente ensaio examina as limitações da filiação teórica de Pêcheux à perspectiva althusseriana de ideologia. Ao longo do texto, demonstra-se que, embora Pêcheux, sob a influência de Althusser, não trate a ideologia como equivalente à falsa consciência ou a mentira deliberada, ela seria, para eles, um obstáculo ao conhecimento do real e, devido ao seu caráter naturalmente imaginário (ilusório ou, no máximo, alusivo) cumpriria uma função de mascaramento e de deformação do real. Como resultado, entende-se que essa forma de apreensão da ideologia tem implicações, principalmente, na constituição de sujeitos e nos tipos de discursos que podem ou não ser analisados pela AD. Por fim, defende-se que pensar a ideologia em uma perspectiva ontológica, como propõe Georg Lukács (2013), é fundamental não somente para a análise do sujeito dentro de um determinado processo discursivo, como também para a ampliação dos discursos passíveis de interpretação.

Palavras-chave: Ideologia. Michel Pêcheux. Georg Lukács. Análise do Discurso

Data de submissão: novembro. 2024 – Data de aceite: janeiro. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i3.16524>

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas – Uneal (2011) e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal, 2017). É Mestre (2016) e Doutor (2020) em Educação pela Ufal e professor do Centro de Educação (Cedu) da referida universidade. É Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas: História e Discurso (GPPHeD). <https://orcid.org/0000-0003-3037-142X> E-mail: valci.melo@cedu.ufal.br

² Graduado em Letras e em Filosofia, Especialista em Docência para o Ensino Superior, Mestre em Educação (PPGE-UFAL), Doutor em Letras e Linguística (PPGLL-UFAL). Atua como professor de Língua Portuguesa das redes estaduais de Sergipe e de Alagoas e como pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Públicas: História e Discurso (GEPHeD), do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. <https://orcid.org/0000-0001-5132-7343> E-mail: lavoisierdealmeida@hotmail.com

³ Licenciada em Letras, Mestre e Doutora em Letras e Linguística e professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Faculdade de Letras (FALE), da Universidade Federal de Alagoas. <https://orcid.org/0000-0002-9612-9735> E-mail: mdosaoc@gmail.com

Introdução

Sem a capacidade de apreender conceitualmente o mundo e de representá-lo simbolicamente, mediante os signos verbais e não verbais, a vida social seria inviável (Vigotski, 2009). Não que a interação simbólica dos homens entre si seja o ato fundante da sociabilidade, mas por que sem a linguagem também não seria possível a superação da animalidade e a criação de um novo ser: o ser social.

Lukács (2013), na obra *Para uma ontologia do ser social*, retoma e desenvolve a tese marx-engelsiana segundo a qual o trabalho, entendido como transformação da natureza em meios de produção e de subsistência, é a atividade responsável pelo salto ontológico entre o macaco e o homem. No entanto, conforme o autor, não se limitando à satisfação das necessidades de caráter físico-biológicas, o trabalho possibilita a criação de um mundo social rico e complexo, portador de novas necessidades e de novas possibilidades. No interior dessa nova esfera de ser (a vida social), os homens realizam diversificados tipos de atividades previamente idealizadas e voltadas a um determinado fim (pores teleológicos). A atividade dedicada à transformação da natureza em meios de produção e de subsistência Lukács classifica como posição teleológica primária. Já as atividades destinadas à intervenção na consciência dos outros homens são denominadas por ele posição teleológica secundária (Lukács, 2013).

Nesse cenário, conforme Lukács (2013, p. 219), a linguagem articulada (a palavra) consiste em “[...] instrumento social para conferir validade àqueles pores teleológicos que têm como meta induzir outros homens a determinados pores teleológicos”, sendo, então, o *locus* privilegiado da ideologia enquanto forma de consciência social prático-operativa, responsável pela adoção de posições-sujeitos nos conflitos da vida social. Isto é, conforme já alertava Volóchinov (2017, p. 98, grifo do autor), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: “A palavra é o fenômeno ideológico par excellence”.

Assim, enquanto campo de encarnação da ideologia, a linguagem compartilhada por uma mesma comunidade semiótica pode não somente refletir suas relações sociais, mas também refratá-las, expressando-as de forma fidedigna, distorcida ou parcial (Volóchinov, 2017).

No caso da distorção da realidade operada por intermédio das significações linguísticas, sua razão de ser, conforme o filósofo russo, deve-se às lutas de classes, as quais tornam o signo linguístico plurivalente, vivo e dinâmico. Diz o autor (2017, p. 112, grifo do autor):

A existência não apenas é refletida no signo, mas também é *refratada* nele. O que determina a refração da existência no signo ideológico?
- O cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade signica, isto é, a *luta de classes*.

Como se vê, para Volóchinov, a linguagem não é uma esfera social livre dos interesses e conflitos de classes. Pelo contrário, ela é a arena privilegiada para a expressão e a disputa política de projetos de sociedade, portanto inseparável da ideologia, seja na operacionalidade da vida cotidiana, seja na teorização do mundo através dos variados tipos e formas de conhecimento.

Esse fenômeno capaz de fazer com que uma mesma palavra expresse sentidos não apenas diferentes, mas radicalmente opostos foi investigado também pelo psicólogo russo Alexis Leontiev. Para o autor, há profundas mudanças de ordem qualitativa na esfera da consciência (e, portanto, também da linguagem) entre a comunidade primitiva e as sociedades de classes, sendo a mais importante delas a desintegração entre a experiência sócio-histórica refletida na consciência coletiva e fixada na linguagem (significação) e o modo como esse reflexo generalizado é apreendido pelos sujeitos nos diferentes contextos e situações (sentido). Assim diz o autor (2004, p. 131):

[...] a tecelagem tem, portanto, para o operário a significação objetiva de tecelagem, a fiação de fiação. Todavia não é por aí que se caracteriza a sua consciência, mas pela relação que existe entre estas significações e o sentido pessoal que tem para ele as ações de trabalho. Sabemos que o sentido depende do motivo. Por consequência, o sentido da tecelagem ou da fiação para o operário é determinado por aquilo que o incita a tecer ou a fiar. Mas são tais as suas condições de existência que ele não fia ou não tece para corresponder às necessidades da sociedade em fio ou em tecido, mas unicamente pelo salário; é o salário que confere ao fio e ao tecido o seu sentido para o operário que o produziu.

Embora, conforme o autor, tal desintegração tenha sido preparada no seio da própria comunidade primitiva, devido à crescente complexificação da vida social e à consequente defasagem entre consciência e linguagem na captura e expressão conceitual da realidade, somente a entrada em cena da divisão social do trabalho e da apropriação privada dos meios fundamentais de produção material da vida social foram capazes de originar o dualismo e a contradição entre *sentido* (apreensão pessoal, subjetiva) e *significação* (concepção social, coletiva).

Assim, gestada no seio da comunidade primitiva, mas parida apenas no interior das sociedades de classes, a contradição entre *sentido* pessoal e *significação* faz com que a linguagem não apenas reflita, mas também refrate a realidade a partir dos interesses e conflitos de classe. Conforme aponta o autor:

[...] um mesmo sistema de significações verbais está, portanto, apto para exprimir conteúdos diferentes, até opostos. Razão por que não há necessidade de línguas diferentes, de sistemas diferentes, de significações para exprimir as diferenças radicais de representações e de pensamentos que aparecem inevitavelmente na sociedade de classes. Naturalmente, o escravo e o proprietário de escravos, o camponês e o senhor, o operário e o capitalista têm maneiras diferentes e mesmo contraditórias de

representarem o mundo, mas estas diferenças não exigem de modo algum uma mesma diferença na sua língua, nas significações verbais que eles possuem e não se reduzem a elas (Leontiev, 2004, p. 137).

A nosso ver, há uma sintonia entre o que Leontiev escreveu ao chamar a atenção para o fato de que “um mesmo sistema de significações verbais está, portanto, apto para exprimir conteúdos diferentes, até opostos”, e o que Pêcheux (2014, p. 81, grifos do autor), sem referir-se ao psicólogo russo, destacou acerca da relação entre língua e discurso:

[...] o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos.

No entanto, entendemos que, neste quesito, o filósofo francês vai além de Leontiev, pois ele não apenas reconhece que um mesmo sistema linguístico serve de base para a expressão de conteúdos diferentes, como se dedica a entender o funcionamento desses conteúdos, os quais são chamados por ele de processos discursivos ou, simplesmente, discurso.

Ao deslocar a atenção da língua para o discurso, Pêcheux dá origem ao que ele mesmo chama de uma “*teoria materialista do discurso*” (Pêcheux, 2014, p. 94, grifo do autor). Esta, em estreita articulação com o Materialismo histórico-dialético, a Linguística e a Psicanálise, toma como objeto de investigação não o sistema de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas em si (a língua), e sim, os “efeitos de sentidos” (os discursos) produzidos pelos sujeitos ao moverem-se no campo da linguagem (Pêcheux, 2014).

Fundada, na França, no final dos anos 1960, a Análise do Discurso (AD) pecheutiana jamais virou as costas para as críticas e a necessidade de atualização. O próprio Pêcheux fez significativas revisões em seus pressupostos teórico-analíticos ao longo de sua trajetória intelectual. E, se na França, após a morte de Pêcheux, em 1983, a AD por ele inaugurada foi quase que relegada à condição de objeto de antiguidades, no cenário brasileiro, no qual foi inserida por Eni Orlandi, ela segue não apenas viva, mas bastante diversificada.

Não é nosso objeto de análise, aqui, o exame panorâmico da diversidade teórica e dos diferentes caminhos seguidos pela AD, seja durante ou após a morte de Pêcheux. Para isso, indicamos ao leitor interessado, entre outros, os trabalhos de Gadet e Hak (1997), Indursky e Ferreira (2007), Ferreira (2008), Narzetti (2008). Nosso intuito, com o presente texto, é registrar as possibilidades teórico-analíticas de um desses caminhos seguidos pela AD de linha francesa e filiação pecheutiana aqui no Brasil: a análise do discurso praticada

por pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), os quais se inserem nesse campo fazendo uma interface entre a AD inaugurada por Pêcheux e a ontologia marxiana do ser social, sobretudo, no tocante ao conceito de ideologia, assumindo as contribuições do filósofo marxista húngaro Georg Lukács.

O texto está organizado em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira parte, analisamos os limites da concepção de ideologia adotada por Pêcheux sob a influência teórica de Louis Althusser. Na segunda, demonstramos a fertilidade teórica do conceito de ideologia elaborado por Lukács para pensarmos o sujeito dentro de um determinado processo discursivo e para a ampliação dos discursos passíveis de análise.

1 Pêcheux como herdeiro de Althusser e os limites da concepção althusseriana de ideologia para a Análise do Discurso

Para Pêcheux, os sujeitos não recorrem às palavras e expressões para produzirem enunciados transparentes e unívocos, a partir da mobilização, do cruzamento e do controle das significações linguísticas materializadas nos signos; pelo contrário, para o filósofo francês, a língua, enquanto conjunto articulado de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, constitui-se em materialidade sobre e a partir da qual se produz sentidos: “*base comum de processos discursivos diferenciados*” (Pêcheux, 2014, p. 81, grifos do autor). Assim, na língua, predomina a universalidade, na medida em que uma mesma palavra é utilizada por sujeitos pertencentes a classes sociais diferentes e, por vezes, até antagônicas. No discurso, predominam as condições de produção que fazem com que uma determinada palavra, expressão ou enunciado signifique a partir da posição ideológica de onde fala o sujeito.

Para evitarmos conclusões apressadas acerca da afirmação sobre a universalidade da língua, destacamos que isso nada tem a ver com uma suposta neutralidade/universalidade significativa, e sim, a reafirmação da não identidade entre classes sociais e comunidade semiótica apontada por Volóchinov (2017).

Já no tocante ao discurso, assim destaca Pêcheux (2014, p. 146, grifo do autor):

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Esse lugar sócio-histórico onde se devem procurar os sentidos dos enunciados é o que Pêcheux chama de formações discursivas, as quais, conforme o autor (2014, p. 147) “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Ou

seja, para agir sobre o mundo que os cerca os indivíduos precisam apropriar-se da realidade e assumir como suas posições societárias historicamente estabelecidas. Esse processo de apropriação subjetiva da realidade se realiza pela mediação da consciência e da linguagem, complexos sociais radicalmente históricos e, no caso das sociedades de classes, atravessados pelos interesses e conflitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Assim, a produção de sentidos, por meio da linguagem, opera-se através de um processo de identificação/contratidentificação/desidentificação do indivíduo com as alternativas societárias postas e do interior de um campo de saberes (religioso, científico, pedagógico, etc.) que orienta o que de lá pode ou não ser dito (Pêcheux, 2014). Nesse sentido, segundo Cavalcante (2007, p. 35),

[...] não há, pois, discurso neutro ou inocente. Todo discurso é ideológico, uma vez que, ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica, e assim veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa.

É, pois, no interior desse processo de identificação, contratidentificação e/ou desidentificação⁴ do indivíduo com uma dada formação ideológica materializada em uma formação discursiva que Pêcheux pensa a elevação do indivíduo à função de sujeito do discurso (Pêcheux 2014). Para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166, grifo dos autores), os indivíduos transformam-se em sujeitos ao serem interpelados por “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”.

Assim, ao incorporar um conjunto de representações e comportamentos orientadores da prática cotidiana, os indivíduos assumem uma dada posição em prol de um determinado projeto de sociedade, chamada pelo autor, seguindo integralmente Althusser⁵, de forma-sujeito (Pêcheux, 2014).

Apesar de reconhecer, parafraseando Jacques Lacan, que esse processo de interpelação ideológica que transforma os indivíduos em sujeitos não é “um ritual sem falhas” (Pêcheux, 2014, p. 277), o filósofo francês não rompe com a perspectiva althusseriana segundo a qual a ideologia seria uma “relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (Althusser, 1980 *apud* Pêcheux, 2014, p. 74) e, portanto, uma forma de consciência social que, devido ao seu caráter fenomênico, sensorial e espontâneo, opõe-se à ciência ou, no máximo, funciona como matéria-prima para a mesma.

⁴ Sobre as modalidades de subjetivação do indivíduo em sujeito, ver: Pêcheux (2014, p. 197-216; 269-281; 2013) e Beck e Scherer (2008).

⁵ Para uma leitura mais detalhada sobre a relação entre Pêcheux e Althusser, ver a dissertação de mestrado de Narzetti (2008), especialmente as duas primeiras seções, e os trabalhos de Zoppi Fontana (2014) e Ferreira-Rosa, Mesquita e Carvalho (2011).

Essa concepção de ideologia está presente no arcabouço teórico pecheutiano desde os primeiros escritos, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, e se estende por toda a obra do autor, apresentando contornos mais bem definidos em *Semântica e discurso* (Pêcheux, 2014.)

Entre os escritos iniciais, publicados sob o pseudônimo Thomas Herbert, nos *Cahiers pour L'analyse*, a revista do círculo de epistemologia da *École Normale*, vale a pena destacar o ensaio *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da Psicologia Social* (Pêcheux, 2015 [Herbert, 1966]. Nesse texto, Michel Pêcheux, filósofo inquieto com o estatuto científico das ciências sociais e com as relações destas com a ideologia, realiza um diálogo vibrante dentro do movimento estruturalista francês que ressoará por todo o desdobramento posterior do seu projeto teórico da Análise do Discurso.

Para Pêcheux [Herbert] (2015), as ciências sociais precisavam levar em conta que toda realidade social seria perpassada ou constituída pela prática empírica, pela prática ideológica e pela prática teórica, como detalhamento a seguir:

- a) A prática empírica se dá por meio da prática social que, por sua vez, abarca a prática técnica, ligada aos instrumentos de produção, e a prática política, ligada às relações sociais;
- b) A prática ideológica que, segundo Pêcheux [Herbert] (2015, p. 24-25), dá-se, em uma perspectiva gnosiológica, na “transformação de uma ‘consciência’ dada em uma nova ‘consciência’ produzida por meio de uma reflexão da consciência sobre si própria”;
- c) A prática teórica que se constitui no corte epistemológico, realizado, segundo Pêcheux [Herbert] (2015, p. 25), mediante a “transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado”.

Pêcheux [Herbert] (2015) toma a ciência como prática, do latim *Praxis* – substantivo feminino parissílabo da terceira declinação latina cuja significação é “maneira de proceder” - entendida por ele como a categoria marxista do trabalho:

Por “prática”, no sentido geral, é preciso entender ‘todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados’ (Herbert, 2015, p. 24 grifos do autor).

A prática científica, nesse sentido, surge, em princípio, direta ou indiretamente da prática social, pois a base empírica com a qual rompeu a prática ideológica é justamente a prática social e suas implicações.

No bojo da prática social, encontramos a prática técnica que consiste, segundo Pêcheux [Herbert] (2015, p. 24) na “transformação de matérias primas extraídas da

natureza – ou produzidas por uma técnica preliminar – em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados” e a prática política que, por sua vez, se dá, ainda segundo Pêcheux [Herbert] (2015, p. 24), na “transformação de relações sociais dadas em novas relações sócias produzidas por instrumentos políticos”.

Como se vê, o conceito de ideologia é tomado gnosiologicamente como matéria prima para a transformação de uma consciência dada em uma nova consciência, isto é, está atrelado à noção de corte epistemológico como elemento constitutivo da separação entre as diferentes formas de apreensão da realidade e o conhecimento científico propriamente dito. Ou seja, para Pêcheux [Herbert], a ideologia não pode compor a cena do fazer científico e, por isso, não se pode atribuir às ciências sociais o estatuto da prática científica. Elas seriam uma técnica que atenderia às necessidades ideológicas de um determinado grupo social para manutenção do *status quo* social:

Em suma, diremos que ‘as ciências sociais’ consistem, em sua forma atual, na aplicação de uma técnica a uma ideologia das relações sociais, o conjunto complexo em aplicação tendo por fim responder à demanda social, realizando o real psicossociológico, com vista a uma adaptação ou a uma readaptação das relações sociais à prática social global, considerada como a invariante do sistema (Pêcheux, 2015, p. 43).

Como já indicado, essa abordagem acerca da ideologia será mantida nos escritos posteriores do autor, seja em textos ainda publicados como Thomas Herbert, a exemplo do ensaio *Observações para uma teoria geral das ideologias* (Pêcheux, 1995 [Herbert, 1967]), seja em escritos já assinados como Michel Pêcheux, a exemplo de sua obra magna: *Semântica e discurso* (Pêcheux, 2014 [1975]).

Nessa obra, observa-se que o autor concebe a ideologia próximo ao que poderíamos chamar de senso comum ou conhecimento cotidiano, como um conjunto de representações baseado em sensações, imagens espontâneas e noções – daí ser caracterizada pelo mesmo, citando Althusser, como “relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”⁶ (Pêcheux, 2014, p. 74). Essas imagens, por sua vez, embora estejam subordinadas às “forças materiais que dirigem os homens” (Pêcheux, 2014, p. 70), caracterizar-se-iam, no entender do autor, como sensações que transportariam do mundo exterior ao mundo interior as aparências fenomênicas e, portanto, puras impressões – daí sua relação de oposição para com o conhecimento científico.

Ora, vejamos se não é justamente nessa direção que escreve Pêcheux (2014, p. 73, grifo do autor) ao distinguir idealismo de materialismo:

Para resumir, diremos que o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de

⁶ Para uma análise detalhada da perspectiva epistemológica/gnosiológica na apreensão da ideologia e o lugar de Althusser neste debate, ver: Vaisman (1996; 2010).

suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceptual em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo nocional-ideológico).

Observemos que há em Pêcheux, sob a influência de Althusser (1980), uma distinção entre ideias e imagens, sendo a primeira categoria denominada pelo autor de processo científico-conceptual e, a segunda, processo nocional-ideológico. Entre essas duas formas de consciência social, segundo Pêcheux, embora não haja uma oposição rígida, existiria um processo dialético de descontinuidade no qual ora as ideologias serviriam de matéria-prima para o conhecimento objetivo do real, ora se constituiriam em obstáculos à reflexão e ao pensamento científico⁷. Isso porque, conforme o autor (2014, p. 33; 74; 119), embora a ideologia não equivalha à falsa consciência ou a mentira deliberada, ela seria um obstáculo ao conhecimento do real e, devido ao seu caráter naturalmente imaginário (ilusório ou, no máximo, alusivo) cumpriria uma função de mascaramento e de deformação.

Essa forma de apreensão da ideologia, a nosso ver, reduzindo-a ao processo de captura do real pela consciência e, portanto, a uma perspectiva gnosiológica (Vaisman, 2010), tem implicações, principalmente, na constituição de sujeitos e nos tipos de discursos que poderiam ou não ser analisados pela mesma.

No primeiro caso, se para agir sobre o mundo que o cerca (tornar-se sujeito) o indivíduo é necessariamente interpelado pela ideologia (conjunto de valores, crenças, representações...), e esta, na condição de imagem sensorial, espontânea e fenomênica é, como diz Althusser (1980, p. 77-83) natural e necessariamente imaginária (ilusória, deformante...), como explicar que um sujeito constituído por esse processo de deformação aja acertadamente nas diferentes práticas sociais do cotidiano e/ou supere tal condição quando da produção do conhecimento científico?

No segundo caso (tipos de discursos que poderiam ou não ser analisados pela AD), se a ciência é o campo de superação da ideologia e caracteriza-se como um discurso sem sujeito (Althusser, 1980, p. 95; Pêcheux, 2014, p. 181-182), não se trataria, portanto, de algo fora do alcance da Análise do Discurso, a qual tem o sujeito e a ideologia como categorias centrais?

Sendo assim, adotar a ideologia apenas em seu sentido epistemológico limita sua ação sobre os sujeitos e as perspectivas de seu funcionamento, seja em um determinado processo discursivo, científico ou prático-operativo da vida cotidiana. Por esse motivo, a seguir, argumentaremos sobre como a filiação teórica a Lukács, para pensar a ideologia,

⁷ Essa relação de corte/descontinuidade dialética entre ciência e ideologia em *Semântica e discurso* (Pêcheux, 2014) pode ser conferida, entre outras passagens, nas páginas: 74; 81; 114-115; 119 e 192.

amplia esse conceito para melhor compreensão dos sujeitos e dos fenômenos discursivos.

2 O conceito de ideologia em Lukács e as possibilidades de renovação teórica da AD

Como destacado na introdução desse texto, para Lukács (2013), não se limitando à satisfação das necessidades de produção e de subsistência, o trabalho possibilita a criação de necessidades de novo tipo, a exemplo daquelas situadas no campo da filosofia, da ciência, da arte, da religião, da política, etc.

Nesse cenário, o conhecimento destaca-se como uma mediação social imprescindível tanto à transformação da natureza, como também à conquista de corações e mentes para que os indivíduos tomem posição face às alternativas societárias historicamente postas. Isto é, seja como mediação para a conversão de um recurso natural em meios de produção e de subsistência, seja para a explicação do mundo dos humanos, faz-se necessária uma captura, pela consciência humana, da realidade (natural e social) sobre a qual se deseja intervir. Nesse processo, observa Lessa (2012, p. 88):

[...] ao converter o real em “posse espiritual”, a consciência desdobra uma apropriação ativa que, sem deixar de refletir o ser-precisamente-assim existente, o faz de modo historicamente determinado. Está aqui aberto o campo para a delimitação da influência de complexos como a ideologia, a política, as alienações, a arte etc. nos processos gnosiológicos.

Observemos que tanto a intervenção sobre a natureza como a ação dos humanos sobre si mesmos exige o que Lessa chama “conversão do real em posse espiritual”: o conhecimento. Este, como mediação para o trabalho e para as demais formas de práxis social, para cumprir adequadamente a sua função social, deve refletir o mais fielmente possível a realidade tal como ela é em si mesma. No entanto, em ambos os casos, mas, sobretudo, no campo das ações voltadas à intervenção nas relações sociais, o conhecimento sofre o peso dos condicionamentos sócio-históricos e, no caso das sociedades de classes, também dos interesses em conflito.

Essa função social exercida pelo conhecimento ao tomar posição nos conflitos sociais é o que Lukács (2013) denomina ideologia. Partindo das contribuições de Marx e Engels, mas não se limitando a elas, Lukács coloca o debate acerca da ideologia em um novo patamar⁸. Isto é, ele defende que a falsa consciência criticada por Marx e Engels em *A ideologia alemã* corresponde a um tipo específico de ideologia, o qual, embora predominante na História, não representa toda a riqueza desse complexo social, uma vez que, para o referido autor (2013, p. 465): “[...] A ideologia é, sobretudo, a forma de

⁸ Ver a respeito, a tese de doutoramento de Ester Vaisman (1996).

elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”.

Para fazer essa ampliação conceitual, Lukács parte das reflexões de Marx, na obra *Contribuição à crítica da economia política*, na qual o autor (2008, p. 48), ao tratar da relação entre a transformação das condições materiais de produção (a base ou infraestrutura) e “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas”, considera as últimas (a superestrutura) como “formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim”.

Lukács vê nessa passagem do texto marxiano tanto a ampliação do conceito de ideologia para além do sentido anterior de falsidade ou inversão, presente em *A ideologia alemã*, como também a chave interpretativa para a adequada compreensão do referido complexo social no interior da teoria marx-engelsiana: a sua apreensão a partir de critérios ontológicos, e não, gnosiológicos (Vaisman, 2010). Ou seja, para Lukács, Marx deixa claro que, em última instância, o que define um produto ideal como ideologia é a função social exercida por ele. Isto é, conforme o autor, a ideologia consiste em uma forma de consciência prático-operativa cuja função social é fazer com que os indivíduos assumam determinadas posições, enquanto sujeitos, nos amplos conflitos da vida social. Como observa Lukács (2013, p. 464):

[...] antes de qualquer coisa: enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia. Nem mesmo uma difusão social relativamente mais ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente em ideologia. Para que isso aconteça, é necessária uma função determinada com muita precisão, a qual Marx descreve de modo a fazer uma diferenciação precisa entre as revoluções materiais das condições econômicas de produção e ‘as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas’, nas quais os homens se conscientizam desse conflito e o enfrentam até solucioná-lo.

Com isso, Lukács aponta os limites da perspectiva da qual Pêcheux é herdeiro, a saber: a apreensão da ideologia a partir de um critério puramente gnosiológico. Isso porque, segundo o autor (2013, p. 467):

[...] verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nenhum ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos.

Mais adiante, o autor retoma essa problemática, destacando ser a falsa consciência

uma forma de ideologia, mas negando ser a ideologia em si somente falsa consciência. Assim se pronuncia o filósofo húngaro (2013, p. 480):

[...] com certeza é correto dizer que a esmagadora maioria das ideologias se baseia em pressupostos que não conseguem resistir a uma crítica rigorosamente gnosiológica, especialmente quando esta toma como ponto de partida um intervalo vasto de tempo. Nesse caso, porém, trata-se de uma crítica da falsa consciência; contudo, em primeiro lugar, há muitas realizações da falsa consciência que jamais se converteram em ideologias e, em segundo lugar, aquilo que se converteu em ideologia de modo algum é necessária e simplesmente idêntico à falsa consciência. Por essa razão, só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social, a partir de suas funções sociais.

Voltando à relação entre conhecimento e ideologia, é importante destacar que, para Lukács, não há identidade entre ambos. Isto é, embora toda ideologia seja uma forma de consciência social, nem toda forma de apreensão ideal da realidade assume uma função ideológica, e sim, pode somente vir a assumir, dependendo de sua conversão em instrumento para dirimir conflitos sociais. Diz o referido autor (2013, p. 520):

[...] a ideologia, mesmo sendo também uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade. A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o direcionamento para uma realidade a ser modificada (sendo que, como já foi demonstrado, a defesa da realidade dada contra tentativas de mudança evidencia a mesma estrutura prática). A sua peculiaridade dentro do conjunto da práxis é a generalização que, em última análise, é sempre orientada socialmente, isto é, a síntese abstrativa de grupos de fenômenos cujo elemento comum consiste, sobretudo, em que podem ser mantidos, modificados ou rejeitados em seu conjunto.

Do exposto, observa-se que, tanto não há identidade entre ciência e ideologia, como também não existe qualquer incompatibilidade entre ambos. Isto é, para Lukács, trata-se de complexos com funções sociais diferentes – embora interligados e complementares. Assim, toda ideologia é também uma forma de consciência, na medida em que corresponde a uma maneira de apropriação e representação ativa da realidade. Contudo, nem toda forma de consciência exerce uma função ideológica, pois para exercer função ideológica as formas de consciência precisam extrapolar a sua condição de reflexo do real e cumprir outro papel: servir de impulso à tomada de posição frente aos conflitos e alternativas societárias em disputa ou, em outras palavras, constituir indivíduos em sujeitos.

Considerações finais

Conforme apontado ao longo desse trabalho, inserimo-nos na problemática da

produção social de sentidos fazendo uma interface entre a Análise do Discurso inaugurada por Michel Pêcheux e a ontologia marxiana do ser social de Georg Lukács.

Ao longo do texto, argumentamos que a concepção de ideologia de Pêcheux, tributária de Althusser, tem implicações tanto para a constituição de sujeitos, como também para a amplitude de discursos passíveis de interpretação pela AD – limitações que podem ser contornadas com a adoção do conceito de ideologia de Georg Lukács.

No primeiro caso, o ganho consiste em superar a contradição althusseriana de ter a ideologia como constituidora dos indivíduos em sujeitos e, ao mesmo tempo, não conseguir explicar como esse sujeito, constituído por um processo de deformação, atuaria de modo assertivo nas diferentes práticas sociais.

No segundo caso, rompe-se com a limitação de tipos de discursos passíveis de interpretação pela AD, tendo em vista que também o discurso científico pode ser analisado, pois, sendo atravessado pela ideologia, não pode mais ser concebido como um discurso sem sujeito.

Contudo, é importante destacar que Lukács observa que há graus diferentes de influência da ideologia a depender do objeto da intervenção humana e do tipo de conhecimento (filosófico, científico, artístico, religioso...) em análise. E, mesmo no interior de um tipo específico de conhecimento, a exemplo do conhecimento científico, observa o autor que há gradações de influência da função ideológica. Isto é, embora as ciências que se dedicam ao conhecimento do mundo natural não estejam isentas de ideologia, inclusive no tocante às representações e usos sociais que se pode fazer de suas descobertas, tal processo se dá de forma mais intensa na produção de conhecimento sobre as relações sociais. Isso porque, conforme observa Lukács (2013, p. 563):

[...] o fundamento ontológico de toda ciência social é constituído por pores teleológicos que visam provocar modificações na consciência dos homens, em seus futuros pôres teleológicos. Só com isso, tanto a sua gênese quanto o seu efeito já contêm um elemento irrevogavelmente ideológico.

Dessa afirmação de Lukács não se pode concluir que sairíamos do corte epistemológico althusseriano para uma suposta defesa de um vale tudo teórico metodológico no âmbito das ciências humanas e sociais e a correspondente negação do necessário rigor e objetividade na produção do conhecimento sobre o mundo dos humanos; pelo contrário: sendo a vida social um fato objetivo, uma realidade concreta, seu conhecimento demanda tanto rigor e objetividade como a apreensão da realidade natural. No entanto, o rigor e a objetividade não podem ser confundidos com a ausência de valorações (neutralidade axiológica). Nas palavras do autor (2013, p. 565):

[...] a relação entre ideologia e ciência de modo algum pode ser descrita, nem mesmo em termos aproximativos, mediante a proclamação de uma suposta

isenção valorativa, do abster-se de fazer valorações etc. Essa tendência, que geralmente entra em cena como autodefesa de uma 'cientificidade' professoral tantas vezes infrutífera, na maioria dos casos se revela como pura ideologia, quando as valorações da classe ora dominante são tratadas como 'fatos constatados isentos de valorações', quando não se considera que a mais elementar escolha da temática, seleção dos fatos, por exemplo, na ciência da história, nem mesmo pode ser efetuada de modo totalmente independente de qualquer aspecto ideológico.

Por fim, conclui-se que, na esteira da teoria social marx-engelsiana, conhecimento e ideologia são duas faces de uma mesma moeda, na medida em que se tratam de complexos com funções sociais diferentes – embora interligados e complementares. Assim, nem há identidade entre ambas, nem existe qualquer incompatibilidade entre as duas formas de consciência social. O que as diferencia é a função social que exercem, uma vez que enquanto o conhecimento caracteriza-se como um processo de elevação à consciência das características e movimentos do mundo real, a ideologia consiste na necessária tomada de posição frente às alternativas societárias postas por cada momento histórico. No caso das sociedades de classes, tal vinculação se torna mais nítida ainda, pois como esperar que a produção do conhecimento sobre uma realidade que é povoada pelos conflitos e interesses de classes seja neutra, face aos projetos societários em disputa?

Pêcheux as Althusser's heir and the limits of althusserian conception of ideology for Discourse Analysis

Abstract

This essay examines the limitations of Pêcheux's theoretical affiliation with the Althusserian perspective of ideology. Throughout the text, it is demonstrated that, although Pêcheux, under the influence of Althusser, does not treat ideology as equivalent to false consciousness or deliberate lying, it would be, for them, an obstacle to the knowledge of reality and, due to its naturally imaginary character (illusory or, at most, allusive) would fulfill a function of masking and deforming the real. As a result, it is understood that this way of apprehending ideology has implications, mainly, on the constitution of subjects and the types of discourses that can or cannot be analyzed by AD. Finally, it is argued that thinking about ideology from an ontological perspective, as proposed by Georg Lukács (2013), is fundamental not only for the analysis of the subject within a given discursive process, but also for the expansion of discourses that can be interpreted.

Keywords: Ideology. Michel Pêcheux. Georg Lukács. Discourse analysis

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BECK, M.; SCHERER, A. E. As modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e o legado marxista-leninista. **Letras**, /S. l., n. 37, p. 169–183, 2008. DOI: 10.5902/2176148511986. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11986>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CAVALCANTE, M.S.A.O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edufal, 2007.

CESÁRIO, A. C. C.; ALMEIDA, A. M. C. nDiscurso e ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v32i1.6958. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 32, n. 1, p. 1-8, 3 dez. 2009.

FERREIRA, M. C. L. OS DESAFIOS DE FAZER AVANÇAR A ANÁLISE DO DISCURSO NO BRASIL COM SINGULARIDADE E LIBERDADE. **Letras**, /S. l/, n. 37, p. 135–143, 2008. DOI: 10.5902/2176148511984. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11984>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FERREIRA-ROSA, I.; MESQUITA, D. P. C. de; CARVALHO, S. de F. E. M. (Re)ler e (res)significar Pêcheux em relação a Althusser. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4176>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FLORÊNCIO, A.M.G. et. al. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

FONTANA, M. G. Z. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. **Revista Conexão Letras**, /S. l/, v. 9, n. 12, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55118. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55118>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos : Claraluz, 2007.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004 .

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3. ed. rev. e corrigida. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NARZETTI, C.N.P. **A formação do projeto teórico de Michel Pêcheux**: de uma teoria geral das ideologias à Análise do Discurso. 2008 [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, SP, 2008.

PÊCHEUX, M. [HERBERT, T.]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 63–89, 1995. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638926. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Acesso em: 08 nov. 2020.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, vol. 1, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/ano/mes/40.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. [HERBERT, T.]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 21-54.

VAISMAN, E. **A determinação marxiana da ideologia**. 1996. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio: revista on-line**, n. 12, Ano VI, p. 40-64, out./2010. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/100/90>. Acesso em: 28 nov. 2024.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.